

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXI

Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume II



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**O REAL COLÉGIO URSULINO DAS CHAGAS DE
COIMBRA.
NOTAS PARA A SUA HISTÓRIA'**

IRENE MARIA VAQUINHAS
(Universidade de Coimbra)

1. Introdução

No dia 13 de Dezembro de 1851, pela manhã, toda a comunidade do Real Colégio Ursulino das Chagas, provisoriamente instalada no convento de Santa Ana, em Coimbra, desde 1848, se transferia para o extinto Colégio de S. José dos Marianos, junto ao seminário diocesano, onde irá permanecer, até ao seu encerramento, em 1910.

A mudança efectuada na “maior decencia, resguardo e [...] ordem”, como assinalava o jornal *O Observad*¹ ², pôs fim ao contencioso com a Faculdade de Medicina³, pela posse do velho convento, que

¹ Este estudo insere-se num trabalho mais vasto sobre a educação feminina ministrada no Real Colégio Ursulino das Chagas, de Coimbra, durante a segunda metade do século XIX, que em breve será dado à estampa.

² *O Observador* de 15 de Dezembro de 1851. Sobre esta transferência veja-se ainda *O Observador* de 6 de Janeiro de 1852.

³ Sobre este assunto, veja-se, entre outros documentos, *O Observador* de 5 de Agosto de 1851 e as *Actas da Faõuldade de Medicina*, ano de 1851, depositadas no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.).

servia, desde 1837, de Hospital dos Lázaros⁴ e que fora incorporado nos bens da Universidade durante o consulado cabralista⁵. Foram decisivos no processo de expropriação do edifício, a intervenção da rainha D. Maria II, empenhada na abertura do colégio “pelo poderoso influxo que pôde exercer na educação e ensino do sexo feminino”⁶, nomeando-se oficialmente sua “protectora”, e o parecer favorável de um grupo de notáveis locais, expresso numa petição dirigida ao presidente da edilidade conimbricense. Invocando-se razões de utilidade pública, em especial, a [ausência] “de um sistema de instrução e de educação superior” [do sexo feminino] na cidade de Coimbra, solicitava-se a disponibilização de algum dos estabelecimentos públicos para a instalação do colégio⁷. A situação de semi-ocupação do edifício, reduzida a uma única enfermaria de leprosos⁸, bem como as boas condições - de localização, de exposição e de salubridade - encontrando-se além do mais afastado “do bulício da cidade”⁹, foram argumentos que decidiram a favor da conveniência da escolha do antigo convento dos monges Jerónimos para sede do colégio, não obstante a oposição do corpo docente da Faculdade de

⁴ Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, *Memoria Historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 195-196; Vergilio Correia, Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal Cidade de Coimbra*, tomo II, Lisboa, 1947, p. 138.

⁵ Decreto de 21 de Novembro de 1848, *Legislação Académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850*, colligida e coordenada por ordem do Excellentissimo Senhor Conselheiro Reitor da Universidade de Coimbra, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1851, pp. 187-188.

⁶ Decreto de 23 de Março de 1852, *Collecção Official da Legislação Portuguesa* redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, anno de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

⁷ *O Observador* de 1 de Fevereiro de 1851.

^x Este edifício funcionava igualmente como hospital accidental, em caso de epidemia, bem como de trânsito, para estacionamento de tropas.

⁹ “R. Collegio Ursulino das Chagas de Coimbra. Programas”, *O Instituto*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 145-146.

Medicina^{10 11} e da qual o jornal *O Liberal do Mondego* se fez arauto". A "arbitrariedade da mudança" seria, aliás, politicamente aproveitada por este periódico liberal para, em nome da congregação de Medicina, "desapossada do edifício [...] sem ser consultada nem ouvida", ou dos "desgraçados lázaros", denegrir o ministério regenerador responsável pelo acto e atacar o jornal *O Observador*, afecto ao regime. A veemência da polémica travada entre estes dois jomáis, quando no mesmo período outros conventos são convertidos em colégios laicos sem levantarem a mais pequena celeuma¹², sugere uma leitura pouco neutral da questão, pondo a nu tensões ideológicas preexistentes entre liberais e conservadores. Uma polémica que, embora nunca ultrapasse o âmbito local ou regional, não assumindo nem a gravidade nem a dimensão daquela que, alguns anos mais tarde, oporá, em tomo da questão das Irmãs de Caridade, a imprensa liberal aos jornais ultramontanos, não deixa, no entanto, de exprimir, como salienta Vítor Neto, "a contradição insanável entre os adeptos de uma sociedade livre e secularizada e os defensores da restauração de um mode-

¹⁰ A.U.C., *Actas da Faculdade de Medicina*, de 6 de Julho de 1849, 21 e 30 de Julho de 1851, fis. 159-160v, 220-222 e 223-226 e *O Liberal do Mondego* de 12 de Agosto de 1851. A Faculdade de Medicina opôs-se à trasladação dos doentes para o Hospital de S. Jerónimo, cujo edifício considerava desadequado para o tratamento dos leprosos, devido à sua localização no centro da cidade, à dificuldade de isolamento deste tipo de doentes relativamente aos restantes e à impossibilidade de estes terem qualquer "recreação para a sua triste existência", a exemplo do sucedido em S. José dos Marianos, onde se dedicavam "à cultura de flores e outras plantas", que lhes proporcionava, além do mais, algumas "vantagens pecuniárias". Na *Representação enviada à Câmara dos Senhores Deputados* sobre este assunto, o Conselho da Faculdade de Medicina fundamentará a sua tomada de posição em dados estatísticos que pretendiam comprovar o agravamento da moléstia e da mortalidade no Hospital, por sobrelotação de doentes, A.U.C., *Actas da Faculdade de Medicina* de 23 de Dezembro de 1851, fl. 239-241.

¹¹ Veja-se, em particular, *O Liberal do Mondego* de 10, 22, 26 e 29 de Julho, 2, 7, 11, 12, 14 e 26 de Agosto de 1851.

¹² É o caso dos conventos de Santo António da Estrela e de S. Francisco da Ponte convertidos em colégios de instrução primária e secundária para rapazes, *O Observador* de 15 de Junho de 1850.

lo social clericalizado e ideologicamente dominado pelo catolicismo”¹³.

Transferido para a posse dos seus novos inquilinos, por Decreto de 21 de Julho de 1851¹⁴, dar-se-ia de imediato início a obras de beneficiação, de modo a adequar o edifício às finalidades pedagógicas a que se destinava. As actividades escolares recomençariam logo após a instalação, com excepção da classe de alunas externas, gratuita e destinada a meninas pobres, a cuja abertura o Colégio estava obrigado por Carta Régia de 20 de Junho de 1789, recebendo para o efeito um subsídio anual de 250000 réis¹⁵. A finalidade essencial do apostolado das religiosas das *Chagas de Cristo* — a educação religiosa, moral, literária e artística das meninas — estava, no entanto, salvaguardada, embora temporariamente circunscrita às educandas internas, pensionistas.

Os eventos narrados põem não só em evidência o ambiente de afrontamento político e ideológico que rodeou a instalação das Ursulinas no Colégio de S. José dos Marianos, como demonstram os fortes apoios (públicos e privados, régios e civis) de que estas beneficiaram na implantação do sistema escolar religioso feminino na cidade de Coimbra.

Como interpretar estas atitudes? Qual o seu significado? Como

¹³Vitor Manuel Pereira Neto, *O estado, a igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996, p. 296.

¹⁴ *Legislação Académica desde o anno de 1851 inclusivamente ate ao presente*, colligida e coordenada por José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854. Este decreto determinava igualmente a transferência dos doentes (“Lázaros”) para o Hospital de S. Jerónimo. Sobre este assunto, veja-se também A.U.C., *Universidade de Coimbra, Hospital de S. Lázaro, Documentos Diversos, 1774-1873*.

¹⁵ Em 1853, o Administrador do Concelho de Coimbra em ofício enviado ao Governador Civil, dava conta do atraso nas obras de reparação da parte do Colégio reservado a esta sala de aulas “já por falta de materiaes e já por estes terem corrido por preço muito subido”, A.U.C., *Governo Civil de Combra, Maço Instrução Pública. Conselho Superior, 1845-1853, nº 1*.

se justifica que numa sociedade em processo de secularização, cerca de vinte anos após a extinção das ordens monásticas, seja entregue a uma congregação religiosa a instrução de raparigas, recebendo esta para o efeito financiamento e protecção do poder político? Tratar-se-ia de uma decisão estratégica decorrente do esforço de pacificação entre os poderes espiritual e secular empreendido no reinado de D. Maria II e consubstanciado na assinatura do convénio com a Santa Sé, em 1848¹⁶? Ou seria por que se pensava ser o ensino católico aquele que melhor preparava as mulheres para as funções sociais e constituir a educação clássica, de pendor humanista, um garante de moralização e de qualidade de futuras gerações?

Estas são algumas das questões a que se tentará dar resposta neste pequeno estudo sobre o Real Colégio Ursulino de Coimbra, procurando-se avançar no conhecimento do contexto político e ideológico da sua instalação nesta cidade. Impõe-se, assim, inserir este acto no movimento mais vasto de tentativa de recuperação, por parte da Igreja, da influência anteriormente tida nos campos do ensino e da assistência, bem como determinar os motivos da procura de instrução religiosa para o sexo feminino, sobretudo pelos estratos sociais mais elevados. Não se trata, pois, de reflectir sobre os papéis, cultural e educativo, desempenhados pelo colégio ou determinar com exactidão a origem social das suas educandas, mas tão-só reconstituir as etapas essenciais de uma decisão que tanto tem de político como de religioso. Aliás, este Colégio adquirirá, no decurso da segunda metade do século XIX, um prestígio e um renome notáveis, ao ponto de se converter numa referência emblemática da cidade e um local de visita obrigatório para personalidades ilustres¹⁷. Enfim, dar um

¹⁶ Libânio Borges, *Concordatas entre a Santa Sé e Portugal e Concórdias entre os prelados e os reis de Portugal* Vila Real, Imprimatur, 1951, pp. 46-48 e (13)-(17); Vítor Manuel Parreira Neto, *ob. cit.*, pp. 86-87.

¹⁷As visitas à cidade de Coimbra, promovidas pelas entidades oficiais, e destinadas

pequeno contributo para o conhecimento do ensino congreganista feminino no século XIX, esse “continente desconhecido”¹⁸ sobre o qual tão pouco se sabe...

2. A questão da educação feminina em meados do século XIX

As palavras de Gilles Rouet a propósito da implantação da rede escolar em França durante a Monarquia de Julho podem aplicar-se perfeitamente ao Colégio Ursulino. Afirma este autor que “L 'école est un lieu de rencontre, une organisation d'un *marché* social où se rejoignent offreurs de services et demandeurs d'instruction”¹⁹. Na verdade, o estabelecimento daquela instituição educativa na cidade de Coimbra parece resultar de um conjunto de coincidências favoráveis: um contexto propício à escolarização feminina em certos sectores sociais, a crescente procura de instituições de “reconhecida qualidade” adequadas à sua concretização e a ausência de iniciativas locais capazes de satisfazer esta exigência.

Tributária de uma conjuntura favorável, a fundação deste colégio resulta, em grande parte, do interesse que o novo regime atribui à instrução feminina. Desde os primórdios do liberalismo que esta questão adquire relevo nos meios ilustrados, sensíveis de um modo geral à escolarização das raparigas, sendo muitos os autores que a

a personalidades ilustres, incluíam sempre deslocações ao Colégio Ursulino. Veja-se, entre outros casos, os programas das deslocações a Coimbra de D. Maria II e de D. Carlos, *O Liberal do Mondego* de 27 de Abril e 4 de Maio de 1852; *Instituições Christãs*, nº 3, Xº ano, 5 de Agosto de 1892, 2- série, p. 8.

¹⁸ Claude Langlois, “Aux origines de l'enseignement secondaire catholique des jeunes filles. Jalons pour une enquête, 1896-1914”, *Education et images de la femme chrétienne en France au début du XX^e siècle —A l'occasion du centenaire de la mort de Mgr. Dupanloup*, sous la direction de Françoise Mayeur et Jacques Godille, Lyon, L'Hermès, 1980, p. 88.

¹⁹ Gilles Rouet, *L 'invention de l'école. L 'école primaire sous la Monarchie de Juillet*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 1993, p. 7.

reclamam. Mouzinho de Albuquerque e Rebelo da Silva, entre os consagrados²⁰ ou Filipe Ferreira de Araújo e Castro²¹, entre os menos conhecidos, são alguns dos autores que se pronunciaram a seu favor, atribuindo à mulher um papel decisivo na moralização e preservação dos valores sociais, o que exigia a sua instrução.

Encarando-se as jovens como potenciais mães e futuras educadoras, sobretudo da primeira infância, onde “[se adquirem] os sentimentos, crenças e hábitos [...] que mais perduram, os que nos acompanham o resto da vida, e por ventura os únicos que resistem às anegações com que nos aggride [...] a corrupção desde o berço até ao tumulto”²², valoriza-se este papel, reconhecendo-se residir na “inculcação dos bons sentimentos” nas consciências infantis um dos garantes da integridade moral dos futuros cidadãos. Compete à mulher encorajar e fortalecer, em benefício do estado-nação, as virtudes individuais e sociais, base do respeito pelas instituições e pela ordem estabelecida. Preparar as raparigas para a sua missão de esposa e de mãe ou, por outras palavras, moralizar a família por intermédio da instrução é a finalidade a atingir.

Este objectivo encaminha naturalmente a mulher para um ensino com uma forte componente religiosa, o qual se afigurava aos olhos de laicos e não laicos como o mais conveniente e adequado a este sexo. Ora, a instrução ministrada nos colégios religiosos era aquela que melhor correspondia a este objectivo. Vocacionado para o desenvolvimento das aptidões “naturais” do sexo feminino, o ensino

²⁰ Alberto Ferreira, *Antologia de textos pedagógicos portugueses*, vol. III, Lisboa, 1975, pp. 9; 11-12; 85; Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, “Da educação da mulher no Portugal oitocentista — Notas de um estudo”, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, vol. V, 1990, pp. 321-324.

²¹ “Estudos moraes e políticos d'um velho ministro d'Estado”, *Panorama*, vol. 3², série 2-, 1844, pp. 2-3.

²² M. R. de Mendonça, “Inauguração de uma escola de instrução primaria no Funchal”, *O Instituto*, vol. V, n² 23, 1857, p. 266.

congreganista destinava-se a fazer da menina ou da adolescente uma “esposa virtuosa e [uma] mãe exemplar”²³, ou seja, uma mulher cristã sabendo conciliar os afazeres domésticos com os deveres religiosos.

É a própria Igreja a formalizar este ideal feminino, encarando-se a mulher como uma aliada fiel na evangelização das consciências e na “reconquista de almas num século em que a religião católica sofre incessantes ataques”²⁴. Com efeito, face ao avanço do anticlericalismo militante ou passivo, atribui-se à mulher a missão de ser a depositária da fé e a guardiã da religião no seio da família. António Xavier de Sousa Monteiro expressa com clareza esta ideia, ao afirmar que “A mulher verdadeiramente christã é um missionário no coração da sua familia; porque faz ahi reinar a religião, observar a moral e florescer a devoção, em termos que tudo prospéra espiritualmente debaixo da sua administração, ainda que o seu esposo não professe o catholicismo”²⁵.

A *Regeneração* irá acolher favoravelmente este modelo educativo que se adequava à reabilitação que se pretendia fazer da situação da mulher, sintoma de progresso e de modernização do país no qual o Estado estava empenhado, bem como ao papel que se lhe atribuía

²³ Michel Ostenc, “L’enseignement catholique pour les jeunes filles en Ardèche au début du XX^e siècle”, Education et images [...], *ob. cit.*, p. 147. Sobre este assunto veja-se também Michela Giorgio, “O modelo católico”, *Historia das mulheres no Ocidente*, vol. IV, *O século XIX*, Sob a direcção de Georges Duby e Michelle Perrot, tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 199-237.

²⁴ “Carta aos parochos sobre a instrução religiosa dos povos”, *Instituições Christãs*, n.º 10, II anno, 20 de Novembro de 1884, p. 358. O catolicismo no século XIX, como salientam tantos autores, “escreve-se no feminino”, comprovado pela “feminilização das práticas, da piedade, do clero”, Michela Giorgio, *art. cit.*, p. 202. Sobre este assunto veja-se também Marie-Françoise Lévy, *De mères en jilles. L’éducation des françaises 1850-1880*, Paris, Calmann-Lévy, 1984, pp. 10-11.

²⁵ “Importancia da educação religiosa. IV - Aulas e collegios”, *Revista das Sciendas Ecclesiasticas*, tomo 2.º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 194.

no quadro da família e ao discurso científico que sobre a mulher é produzido, em particular pela medicina. Este, fundamentando-se na “fraqueza natural” do sexo feminino, punha em evidência os inconvenientes fisiológicos do esforço intelectual, ou como sugestivamente referia o docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, J. Macedo Pinto, da “forte e continuada reflexão”, capaz de provocar a esterilidade²⁶. Embora se reconheça a necessidade de instrução, aconselha-se a que esta se limite às “sciendas moraes e sociaes”, imprescindíveis na formação do carácter, da consciência e da sensibilidade, em detrimento do “despertar” intelectual. Muita religião e pouca ciência é o objectivo pretendido, pois, como refere J. J. Lopes Praça, “E preciso que a intelligencia feminina se revigore com o conhecimento das verdades religiosas para evitar o fanatismo e a superstição, em proveito da família, seu e da humanidade; porque só d'este modo abandonariam as frivolidades e caprichos em obsequio dos seus direitos, e de suas naturaes faculdades”²⁷.

Apesar das boas intenções governamentais, o panorama da instrução feminina manter-se-á bastante deficiente no período de 1840 a 1850. Nestes anos, enquadrados pela reforma educativa de Costa Cabral (1844), foram em número escasso as escolas primárias criadas para este sexo. De acordo com os relatórios do *Conselho Superior de Instrução Pública*, no ano lectivo de 1844-1845, existiam em todo o país 41 escolas oficiais femininas, frequentadas por 1641 meninas, cômputos que não viriam a sofrer grandes alterações. Em 1852-1853, limitavam-se a 47 as escolas públicas subsidiadas pelo Estado²⁸.

²⁶ José Ferreira de Macedo Pinto, *Medicina administrativa e legislativa. Primeira parte. Higiene Pública*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862, pp. 50-51.

²⁷ J. J. Lopes Praça, *A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principais aspétos (instrução secundaria)*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1872, pp. 235-236.

²⁸ Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Coimbra, INIC, 1985, pp. 27-29; 156-157.

Quanto à cidade de Coimbra, os elementos disponíveis reportam-se aos primeiros anos da década de 50. Segundo dados oficiais, existia nesta cidade, no ano lectivo de 1852-1853²⁹, uma escola primária, sediada no Asilo da Infância Desvalida, na qual, para além da instrução elementar, se ensinava “costura e meia” a 80 alunas, e 9 aulas de mestras de meninas, onde aprendiam a costurar, ler e escrever, 113 raparigas. No ano lectivo seguinte, de 1853-1854, estão recenseadas três escolas primárias nas freguesias urbanas de S. Cristóvão, de S. Bartolomeu e de S. Tiago, embora com uma frequência inferior à do ano transacto, estando apenas inscritas 82 alunas³⁰. É difícil, porém, traduzir, em termos numéricos, a situação escolar real da população feminina conimbricense. A ausência de contagens da população, por grupos etários, impede a obtenção da taxa de alfabetização³¹. Esta só é possível obter para a freguesia de Santa Cruz. Em 1851, na área urbana desta freguesia, residiam 1857 pessoas, grande parte das quais se dedicavam à actividade comercial e à indústria artesanal³². Quanto às crianças em idade escolar, isto é, com idade compreendidas entre os 5 e os 14 anos, eram em número de 254, mais precisamente 142 raparigas e 112 rapazes³³. Ora, se se

²⁹ Mappa das escolas ou collegios do ensino primario e secundario sustentado por empresas particulares ou pelas Camaras Municipaes, Juntas de Parochias, ou confrarias durante o anno lectivo de 1852-1853, A.U.C., *Instrução Pública, Conselho Superior 1845-1853*, nº 1.

³⁰ Mappa dos collegios e escolas do ensino primario e secundario n este concelho perante o anno lectivo de 1853 a 1854, A.U.C., *Instrução 1854-1858, Professores — 1854*. A diferença significativa apresentada por estes mapas quanto ao número de escolas existentes na cidade de Coimbra nos anos de 1852-53 e 1853-54 faz duvidar da sua veracidade.

³¹ A contagem populacional mais próxima a estes anos está apenas organizada por fogos. Cfr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, *Mappa do districto administrativo de Coimbra*, Imprensa da Universidade, 1854.

³² Rui Casção, “A evolução da prática religiosa na freguesia de Santa Cruz (Coimbra) 1851-1913”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, Coimbra, 1991, pp. 90-92.

³³ *Rol de confessados da freguezia de S. João de Santa Cruz em 1851*. Estas informações foram-me gentilmente cedidas pela Dra. Guilhermina Martins da Mota, a quem muito agradeço.

confrontar estes valores com o número de alunos que, em 1852-1853³⁴, frequentavam as escolas primárias e aulas de mestras sediadas nesta freguesia, obtém-se uma taxa de alfabetização de 14,1 % para a população feminina, e de 79% para a população masculina³⁵. Trata-se de um nível de escolarização das raparigas bastante modesto, sobretudo se comparado com o dos rapazes. E, no entanto, impossível estender estas conclusões às restantes freguesias urbanas. Grande parte da instrução feminina, em particular nos estratos sociais mais elevados, não passava pela escola pública, sendo efectuada em casa, pela mãe, eventualmente assistida por uma professora particular, ou em algum colégio ou convento.

Quanto às escolas primárias de 2º grau, igualmente previstas na reforma de Costa Cabral, respeitantes ao escalão superior da escolaridade elementar e correspondendo a um aprofundamento do 1º nível pela inclusão de um leque mais alargado de matérias, não passaram de letra morta³⁶, obstando-se assim à concretização de um ensino de “superior qualidade”, como então se dizia.

³⁴ Mappa das escolas ou collegios do ensino primario e secundario sustentado por empresas particulares ou pelas Camaras Municipaes, Juntas de Parochias, ou confrarias durante o anno lectivo de 1852-1853, A.U.C., *Instrução Pública, Conselho Superior 1845-1853, n-1*. Na freguesia de Santa Cruz, neste ano, são recenseadas uma escola primária para o sexo masculino, com 90 alunos, e três aulas de mestras de meninas frequentadas por 20 alunas.

³⁵ Regista-se, porém, um grupo significativo de crianças sem indicação de idade. A taxa de indeterminação é de 12,5% para os rapazes e de 18,3% para as raparigas.

³⁶ O 1º grau da instrução primária incluía ler, escrever e contar, exercícios gramaticais, princípios gerais de moral, doutrina cristã e civilidade, bem como de corografia e de história portuguesas. O 2º grau desenvolvia as matérias anteriores e acrescentava-lhes gramática, desenho linear, geografia e história geral, história sagrada do Antigo e do Novo Testamento, aritmética e geometria aplicadas à indústria, e escrituração. O programa de ensino do sexo feminino reproduz o do 1º grau, excepto no que concerne aos princípios de corografia e de história portuguesas, e incluía os “lavors mais usuais do sexo feminino”. Veja-se, Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 577-578.

A impossibilidade material de generalização do ensino público obrigaria o Estado a promover e a apoiar o ensino particular, concedendo-se pela *Carta de Lei* de 24 de Setembro de 1844 liberdade de ensino e autorizando-se a criação de escolas normais de ensino de mestras de meninas em alguns conventos de religiosas, colégios e recolhimentos³⁷. A promulgação desta lei teve efeitos imediatos, aumentando na sua sequência os colégios e as escolas particulares, de tal modo que, em 1850, igualavam, em número, as escolas públicas³⁸. Porém, a medíocre ou duvidosa qualidade científica de alguns destes estabelecimentos, tomou necessárias certas providências, tentando-se controlar o amadorismo reinante pelo *Regulamento de 10 de Janeiro de 1851*, que impôs regras estritas quanto às condições de abertura e de funcionamento das “aulas e collegios particulares”, bem como quanto às habilitações literárias dos respectivos corpos docentes³⁹.

Coimbra não escapou a esta vaga de fundo, sendo possível apreender este fenómeno através dos anúncios da imprensa periódica. Com efeito, com particular incidência a partir de 1848, reproduzem-se nos jornais locais anúncios publicitários a colégios ou aulas particulares “que acabam de se fundar”. O colégio “para educação de meninas com o nome e sob a invocação de N.ª Senhora da Luz”⁴⁰,

³⁷ Título III, *Collecção Official da Legislação Portuguesa [...]*, anno de 1844-1845, p. 316 e Título I, Capítulo VI, art. 44, p. 311.

³⁸ António Nóvoa, *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXsiècle)*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 349.

³⁹ Regulamento de 10 de Janeiro de 1851, em particular. Capítulo V, Das habilitações dos professores particulares, *Collecção Official da Legislação Portuguesa [...]*, anno de 1851, pp. 6-8. Este regulamento seria alguns meses depois completado por uma circular do Conselho Superior de Instrução Pública (6 de Outubro de 1851) que ordenava aos governadores civis a realização de “averiguações” nas áreas dos respectivos distritos sobre o seu cumprimento efectivo, A.U.C., *Instrução Pública — Conselho Superior 1845-1853*, n.º 1.

⁴⁰ *O Observador* de 31 de Outubro de 1848.

ou os colégios para mancebos de Eusébio Gomes Rosmaninho e de Manuel Xavier Pinto Homem⁴¹, ou o de Santo Antonio da Estrela⁴², bem como os cursos particulares de línguas francesa e inglesa ou de gramática e língua latina⁴³, são alguns exemplos significativos do desenvolvimento tomado pelo ensino privado na sequência do decreto cabralista, se bem que algumas destas iniciativas venham a ter uma vida efêmera. Traduzem, no entanto, a crescente procura de instrução por parte dos grupos sociais de maiores recursos, sensíveis à elevação do nível cultural dos seus filhos.

Ora, é neste contexto de “abandono quase completo da instrução feminina” pelos poderes públicos na cidade de Coimbra, a par do favorecimento do ensino privado e, simultaneamente, de uma exigência cada vez maior na educação das raparigas dos meios sociais elevados, que se deve inscrever a receptividade local às religiosas da ordem de Santa Úrsula. Estas tinham a seu favor um passado quase centenário dedicado à instrução feminina e o reconhecimento público da sua actividade pedagógica, não obstante as dificuldades vividas pelo Colégio durante o primeiro terço do século XIX, decorrentes em grande parte da agitação política da época.

Instalado ao tempo na vila de Pereira, onde fora fundado no ano de 1748⁴⁴, o Real Colégio Ursulino passou por momentos de provação, em especial, aquando das invasões francesas e da guerra civil que obrigaram a comunidade a trasladar-se para localidades mais

⁴¹ *O Observador* de 2 de Março de 1850.

⁴² *O Observador* de 23 de Abril de 1850.

⁴³ *O Liberal do Mondego* de 5 de Janeiro e de 6 de Março de 1852; *O Observador* de 6 de Agosto de 1850.

⁴⁴ O *Recolhimento das Chagas de Cristo* foi fundado na localidade de Pereira (concelho de Montemor-o-Velho) no ano de 1748, mas só a partir de 1753 iniciou o trabalho de ensino de meninas, coincidindo com a conversão das recolhidas à ordem de Santa Úrsula. Sobre o historial deste colégio, veja-se, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Memoria sobre a fundação e progressos do Real Collegio das Ursulinas de Pereira*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1850.

seguras nos momentos de maior perigo⁴⁵. As dificuldades económicas e o reduzido número de educandas são quase permanentes, tentando a comunidade sobreviver às modificações introduzidas pela nova ordem política, apesar das monografias disponíveis serem bastante discretas quanto ao verdadeiro impacto da revolução liberal na vida da congregação. A avaliar por alguns dados indirectos, o corpo legislativo que saiu desta conjuntura revolucionária, em particular os decretos que proibiam o noviciado (5-Agosto-1833) e extinguiram as ordens religiosas (28-Maio-1834), não afectou muito esta casa religiosa. Esta não foi suprimida nem os seus membros forçados a ausentarem-se do país, o que talvez se possa atribuir ao relativo isolamento da localidade onde estava instalada, ao peso dos valores do catolicismo na mentalidade popular e à reconhecida utilidade pública da sua actividade, para a qual estavam devidamente habilitadas. Aliás, o papel positivo desempenhado pelas religiosas Ursulinas no campo da instrução feminina, mantendo na vila de Pereira “duas aulas para meninas de fora do mesmo Colégio”⁴⁶, oriundas de meios económicos de fracos recursos, assegurava-lhes, pelo menos, a estima e a consideração da população local.

3. De Pereira para Coimbra: a instalação do Real Colégio Ursulino na cidade do Mondego

De consequências mais decisivas no evoluir da comunidade foi, pelo contrário, uma série de epidemias, de origem palúdica, que, ao

⁴⁵ Assim aconteceu em 1810, aquando da terceira invasão francesa, refugiando-se toda a comunidade na Figueira da Foz, em habitações cedidas pelo comerciante Manuel José Barbosa, permanecendo nesta vila durante algum tempo, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *oh. cit.*, pp. 31-37.

⁴⁶ Junta de Freguesia de Pereira, *Actas das sessões da Junta de Parochia de Pereira*, 24 de Junho de 1866, fl. 122-122v.

converterem a vila de Pereira num local “empestado e amaldiçoado”⁴⁷, impuseram o abandono definitivo da localidade. Este veio a ocorrer em Março de 1848, transferindo-se o Real Colégio Ursulino das Chagas para o Convento de Santa Ana, em Coimbra, das eremitas de Santo Agostinho, com as quais haviam previamente acordado a instalação⁴⁸. A estada será, no entanto, bastante curta. Pouco tempo depois, tomaram-se manifestos os inconvenientes da coexistência num mesmo edifício das duas comunidades com práticas e ocupações distintas. Falta de espaço, dificuldade na conciliação dos exercícios religiosos dos dois institutos, incompatibilidade entre a prática do comércio de doces e as actividades próprias “d uma casa de educação”, excessivo número de criadas e de serventes, e, finalmente, a proximidade do centro urbano que convertia o pátio e a igreja deste convento num dos passeios mais frequentados pela “mocidade ociosa”, são os principais transtornos apontados⁴⁹. A permanência do Real Colégio no convento de Santa Ana será, pois, breve e, em

⁴⁷ O *Observador* de 3 de Fevereiro de 1848. A causa imediata desta transferência foi uma febre epidémica que, de Julho a Outubro de 1847, causou um número inusitado de óbitos em Pereira. A insalubridade, a fazer fé nas *Actas da Junta de Paróquia de Pereira* de 28 de Julho de 1847, era provocada por uma vala que dava escoante ao paul de Arzila, cuja limpeza já não era feita há muito tempo, bem como pela estagnação de águas represadas em terras baixas, Junta de Freguesia de Pereira, *Livro de Actas, 1836 a 1850*, fl. 33v-34v. Este fenómeno não sendo novo, havendo registos de várias epidemias no início do século XIX (Guilherme Newton, “Mappas em que se-classificão, segundo a nosologia de Cullen, as molestias que grassarão na villa de Pereira no decurso dos meses de Fevereiro e Março de 1813”, *Jornal de Coimbra*, 1815, vol. VIII-Parte I, Lisboa, Na Imprensa Régia, pp. 38-45), nem específico desta localidade, agravar-se-na, no entanto, a partir do momento em que se começou a cultivar o arroz em maior escala. Sobre o assunto, veja-se *O Liberal do Mondego* de 23 de Agosto de 1851 e Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 60-61; 72-81.

⁴⁸ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, nova edição anotada e preparada por Damião Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1970, pp. 98-99.

⁴⁹ O *Observador* de 26 de Setembro de 1849.

Julho de 1851, após requerimento da superiora e demais religiosas, é-lhes concedido o extinto Colégio de S. José dos Marianos, como já foi referido.

De facto, a conjuntura político-religiosa tinha entretanto mudado. A concordata assinada com a Santa Sé em 21 de Outubro de 1848 irá oferecer novas hipóteses ao ensino congreganista, em Portugal, ao autorizar a permanência de conventos de freirás que se dedicassem à educação da mocidade⁵⁰. As Ursulinas terão sido das primeiras religiosas a beneficiarem deste clima de apaziguamento entre o Estado e a Igreja e que se consubstanciará no pronto atendimento da sua pretensão⁵¹. Na verdade, a concessão do edifício de S. José dos Marianos será acompanhada por um conjunto de benesses: a regularização no pagamento do subsídio literário, a admissão de novas religiosas, e por uma certa publicidade ao colégio.

Com efeito, pouco tempo após a instalação em S. José dos Marianos, o jornal *O Observador*, dava conta de que “As Religiosas Ursulinas receberam do cofre d'este districto 13 meses que lhes devião, pela prestação que lhes paga o governo [...] sendo o total que receberam 242\$365 réis”⁵². Ainda no decurso de 1851, uma religiosa professa na ordem, após um ano de noviciado, apesar deste ser legalmente proibido⁵³. Seguir-se-á a publicação oficial das regras do noviciado, aprovadas pelo bispo de Coimbra, D. Manuel Bento Rodrigues⁵⁴. Aliás, o pontificado deste bispo (1851-1857), cuja principal prioridade residiu na formação do clero, restabelecendo o

⁵⁰ Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, vol. III, pp. 146-147.

⁵¹ É a partir de 1848 que algumas ordens religiosas começam a regressar a Portugal. Sobre o assunto, veja-se, Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, vol. III, pp. 147-172.

⁵² *O Observador* de 9 de Setembro de 1851.

⁵³ Trata-se de D. Maria Isabel de Assumpção Pinto Garcez que, “desejando professar para o que tinha a maior vocação” faz, em 9 de Julho de 1851, uma escritura de dote às Religiosas Ursulinas, sendo o valor deste de 300000 réis. Esta escritura será completada por uma outra, de fiança ao dote, assinada em 18 de Julho do mesmo ano, A.U.C., *Tab. José Pinto de Magalhães, Livro n- 28*, fis. 110-111 e 123v-124v.

⁵⁴ *Cerimonial das Ursulinas aprovado e confirmado pelo Excellentissimo e*

curso de teologia no Seminário* ⁵⁵, caracterizou-se igualmente pela preocupação com outras formas do ensino religioso, e que se traduziu, entre outros aspectos, no texto regulamentar mencionado ou no apoio manifesto às religiosas da ordem de Santa Ursula⁵⁶. Quanto à publicidade, foi a própria rainha D. Maria II quem mais a promoveu, ao declarar-se protectora oficial do Colégio das Ursulinas e ao testemunhar publicamente “o apreço em que Tenho as suas virtudes, e o zêlo por elas empregado no ensino das educandas, confiadas á sua direcção e inspecção”⁵⁷.

A *Regeneração* directa e indirectamente contribuiu, pois, para o desenvolvimento deste instituto religioso na cidade do Mondego⁵⁸. Os apoios, porém, não se ficaram por aqui. E, a exemplo de outras localidades onde esta ordem se implantou⁵⁹, também, em Coimbra,

reverendissimo senhor D. Manuel Bento Rodrigues, arcebispo, bispo de Coimbra, conde d'Arganil para uso das Religiosas Ursulinas da sua diocese, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1852. Este cerimonial contém o regulamento litúrgico das Ursulinas incidindo sobre diversos aspectos, tais como, a recepção das noviças no colégio, a bênção dos hábitos e do manto, a profissão das noviças, etc.

⁵⁵A. Jesus Ramos, *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, pp. 44-46.

⁵⁶ Descrição da visita que o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo, Bispo Conde, D. Manoel Bento Rodrigues, fez ao R. Collegio Ursulino das Chagas, em S. José de Coimbra, Basilio Alberto de Sousa Pinto, *ob. cit.*.

⁵⁷ Decreto de 23 de Março de 1852, *Collecção Official da Legislação Portuguesa [...]*, anno de 1852, p. 40; *O Observador* de 13 de Abril de 1852. Esclareça-se também que D. Estefânia, esposa de D. Pedro V, fora educada no colégio das Ursulinas, em Düsseldorf, Júlio de Vilhena, *Cartas inéditas da Rainha Estefânia – Prefaciadas e comentadas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 52.

⁵⁸ Esta situação não se aplica inteiramente ao Colégio Ursulino de Viana do Castelo, o qual, em 1884, aquando da morte da última religiosa, será encerrado. Porém, o contexto escolar nestas duas cidades era completamente diferente, uma vez que, em Viana do Castelo, “o ensino particular feminino proliferava abundantemente”, Manuel Inácio Rocha, *O Real Colégio das Chagas. Instrução de meninas em Viana (1778-1884)*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1996, p. 190.

⁵⁹ E o caso das zonas de Lyon e da Comualha, em França. Sobre o assunto veja-se, Georges Provost, “Les Ursulines en Léon et Cornouaille aux XVII^e et XVIII^e siècles”, *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest (Anjou, Maine, Touraine)*, tome 96, année 1989, n^o3, pp. 247-268.

as Ursulinas contaram com a colaboração da burguesia local. Com efeito, são predominantemente os comerciantes e os negociantes da cidade que subscrevem um requerimento enviado ao governo solicitando a disponibilização de um edifício público para sede do colégio⁶⁰. Um patrocínio fundamental, uma vez que será o “mundo do negócio”, em particular os negociantes e proprietários Frutuoso José da Silva e António José Cardoso Guimarães⁶¹, quem financiará as obras necessárias ao realojamento em S. José dos Marianos. Acompanha este processo, a publicação de todo um conjunto de artigos na imprensa periódica ou de obras de maior fôlego que, velada ou confessadamente, obedecem ao propósito de restaurar os tradicionais privilégios da ordem e favorecer a sua instalação em Coimbra. Um exemplo significativo pode ser ilustrado por uma monografia do colégio, da autoria de Basílio Alberto de Sousa Pinto, lente da Faculdade de Direito, publicada em 1850⁶². Nesta obra, que se enquadra no espírito de um panegírico, o seu autor, a pretexto do historial do colégio, tecerá os mais rasgados elogios à sua capacidade formativa e ao respectivo corpo directivo, chegando a afirmar ter este estabelecimento de ensino, caso viesse a dispor de protecção governamental, potencialidades para se converter numa “universidade para o bello sexo”⁶³. Um juízo demasiado excessivo, expresso por alguém que talvez gostasse de ver a instrução feminina sob a

⁶⁰ Segundo o jornal *O Observador* de 1 de Fevereiro de 1851 esta representação, feita em nome dos “habitantes da cidade de Coimbra”, teria sido assinada por 223 individualidades, entre lentes, proprietários, negociantes e empregados. A análise das Actas da Câmara, correspondente à sessão de 24 de Janeiro de 1851, não confirma inteiramente esta informação. Na realidade, o requerimento é assinado por um grupo de “cidadãos”, em número de 22, sendo 21 comerciantes e negociantes e apenas um escrivão de direito, *Y3M.C., Vereações 1850-1853*, fl. 76.

⁶¹ *O Observador* de 6 de Janeiro de 1852 e Descrição da visita [...], *ob. cit.*

⁶² Basílio Alberto de Sousa Pinto, *ob. cit.*

⁶³ Basílio Alberto de Sousa Pinto, *ob. cit.*, p. 42.

tutela da Universidade... Em termos práticos, o encarecimento da qualidade do ensino ministrado no colégio teria provavelmente como objectivo obter o apoio das autoridades civis e sensibilizar potenciais clientelas.

É igualmente difícil determinar com rigor o papel desempenhado pelas religiosas, em particular pela superiora, Eugénia Cândida de Costa e Almeida, nesta fase crucial. Aparentemente tudo sugere que esta não terá ficado passiva face ao evoluir dos acontecimentos e não será muito abusivo supor que, na sua qualidade de membro da nobreza e de filha de um prestigiado professor da Universidade de Coimbra, tenha tirado partido das suas relações familiares ou sociais para favorecer a sua ordem⁶⁴.

A instalação em S. José dos Marianos abre uma nova etapa na vida do colégio. Aproveitando o *estado de graça* com que o Estado as distinguiu e demonstrando uma grande abertura de espírito aos novos tempos e aos desafios da história, as religiosas Ursulinas fazem coincidir a sua transferência para o novo edifício com uma actualização dos planos de estudo, rompendo-se definitivamente com os traços de antigo regime dos cursos anteriores. Inspirando-se nos programas escolares previstos para o 2º grau da instrução primária da reforma educativa de Costa Cabral, aos quais acrescentam outras matérias, o novo currículo era estruturado em três partes distintas (ensino religioso, moral e civil; ensino literário e ensino artístico), que compreendiam doutrina cristã; princípios e regras de civilidade;

⁶⁴ Eugénia Cândida de Costa e Almeida era filha natural do lente da Faculdade de Leis e desembargador. Luís da Costa e Almeida, fidalgo da casa real, cujas posições políticas legitimistas conduziram a um temporário desterro. Sobre a sua biografia, bem como a de seu pai, veja-se, *O Instituto*, vol. XXXVI, Julho de 1888 a Junho de 1889, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 457; João Jardim de Vilhena, “A Lanterna Mágica”, *O Instituto*, vol. 83,4- série, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 21-28 e *Memória Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 112.

ler, escrever e contar; gramáticas portuguesa, francesa, italiana e inglesa; desenho linear com aplicação aos labores e à bordadura; geografia e história (religiosa e profana); mitologia; princípios e regras de economia doméstica; noções de higiene; malha, costura e bordadura; cantar e tocar piano; florística e desenho⁶⁵. Um programa de ensino específico, singular, elitista, bem mais alargado do que o ministrado nas escolas oficiais e que procurava sobretudo responder às necessidades educativas das meninas das classes superiores, suas principais destinatárias. Quanto às matérias leccionadas nas “aulas das meninas pobres”, o silêncio é total.

Os tempos são, pois, de mudança para as Ursulinas de Coimbra...

4. Em conclusão:

Não foi pacífica a instalação do Real Colégio Ursulino das Chagas no edifício de S. José dos Marianos, em Coimbra. A análise das circunstâncias conjunturais que rodearam a abertura deste colégio permitiu verificar que, para além de outros factores, entre os quais se conta o contexto favorável à abertura dos horizontes culturais femininos, o seu êxito se ficou em larga medida a dever à inexistência de estabelecimentos oficiais de ensino destinados às raparigas das classes média e superior. Sem qualquer concorrência por parte do Estado, com o campo aberto para se poder impor na cidade, o ensino religioso estava *condenado* a ter sucesso. As próprias autoridades civis desejavam a criação de instituições educativas que ministrassem um ensino de “superior qualidade” às raparigas e a burguesia local

⁶⁵ “R. Collegio Ursulino das Chagas de Coimbra. Programas. 1854”, *O Instituto*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 145-146. Este programa, que será acrescido de outras matérias na década de 1880, afigura-se mais lato do que o ministrado no Colégio Ursulino de Viana do Castelo. Para um confronto, veja-se, Manuel Inácio Rocha, *ob. cit.*, p. 161.

apoiou a iniciativa.

O prestígio que este Colégio soube granjear assegurou-lhe simpatia e clientela até ao dia em que o público deixou de se contentar com diplomas desprovidos de qualquer utilidade no mundo do trabalho ou de um ensino que marginalizava a componente científica... Novos modelos educativos estavam em marcha e a grande questão que se irá colocar é saber se compete à Igreja ou ao Estado a responsabilidade da formação das futuras mães de família... Enfim, um assunto a desenvolver numa outra oportunidade.